

Revista

FUTURO DO PRETERITO

FEUSP

Núm. 1 - Vol. 5 - Mar. 2023

**FIQUE DE OLHO: acesso e
inclusão dentro da
educação**

**Entrevista com Laureane
Costa: diálogo transversal
sobre educação e pessoa
com deficiência**

**10 Fatos e Conquistas
sobre educação
especial no Brasil**

ISSN 0026-7546



9 770026 754553

Futuro do Pretérito (revista estudantil da FEUSP)

ISSN: 2675-455X

Núm. 1 - Vol. 5 - Mar. 2023

Publicação eletrônica (divulgação)

Quadrimestral

Imagem da capa

Laureane Lima Costa

(Arquivo pessoal)

Direção Editorial

Giulianna Ramalho Osteti (Alumni FEUSP)

Vice-direção Editorial

Beatriz Hitos Silva (Alumni FEUSP)

Conselho Editorial

Bianca dos Santos Lima (FFLCH/USP)

Carlos Eduardo Xavier de Souza (FEUSP)

Dayane Costa da Silva (FEUSP)

Gabriel Lisboa da Silva (FEUSP)

Rani Beatriz Cruz Evangelista dos Santos (FEUSP)

Sabrina Ferrazoni Superibi (FEUSP)

Revisão

Fabiana do Amaral Godioso (FEUSP)

Júlio César da Silva Mendes (Alumni FFLCH/USP)

Nickolas de Angelo Sugarava da Silva (FFLCH/USP)

Rebeca Alves Farias (FEUSP)

Tânia Pasqualucci (FEUSP)

Diagramação

Ana Beatriz Pires de Assis (FEUSP)

Juliana Leandra Silva de Oliveira (FEUSP)

Luiz Henrique do Nascimento Martins (FEUSP)

Michele Campos Silva (FEUSP)

Assessoria de Imprensa e Comunicação

Gabriela Bastos Mellone (FEUSP)

Maria Eduarda Flores (FEUSP)

Apoio e Fundação

Millena Miranda Franco (Alumni FEUSP)

Giulianna Ramalho Osteti (Alumni FEUSP)

Colaboração

Comunicação e Mídia da FEUSP

Direção da FEUSP

Universidade de São Paulo

Reitor Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-reitora Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento

Arruda

Faculdade de Educação

Diretora Profa. Dra. Carlota Boto

Vice-Diretor Prof. Dr. Valdir Heitor Barzotto

Avenida da Universidade, 308

Cidade Universitária - Butantã

05508-040 - São Paulo - Brasil

Escreva para a revista Futuro do Pretérito

revista.futuro.preterito@gmail.com

Visite nossa página:

<http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito>

Fone : (11) 9 4545-2192

• As opiniões, hipóteses, conclusões e recomendações expressas neste material são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão do corpo editorial da revista Futuro do Pretérito.

• Visando uma comunicação inclusiva e respeitosa com a identidade de gênero dos leitores, a revista utilizará linguagem neutra.

Revista

FUTURO DO PRETÉRITO

FEUSP

ISSN 0026-7546



9 770026 754553

• SUMÁRIO •

APRESENTAÇÃO

Estamos muito felizes por estar aqui!
Esta é a primeira revista feita por
estudantes na história da FEUSP! Saiba
mais...

05

06

10 FATOS E CONQUISTAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

10 coisas importantes que você deve saber
sobre a educação especial e os direitos da
pessoa com deficiência

PERGAMINHO DO TEMPO

As abordagens das deficiências ao longo da
história e a educação escolar de pessoas com
deficiências

10

17

RELATOS

A falta de acolhimento e
inclusão às diferenças: um
relato e recado aos
professores

18

CONVERSA COM QUEM MANJA

Entrevista com a
psicóloga e
pesquisadora
Lauriane Costa

28

BIOGRAFIA

conheça Ma Mikley,
sua história e
trajetória escolar e
acadêmica

48

HORA DA DESPEDIDA

Entre para o nosso
time!
A revista é sua!

26

SETORES

Conheça a Comissão
de Equidade (CE) da
nossa FEUSP

44

FIQUE DE OLHO

Fique por dentro dos
principais eventos e
atividades formativas
do momento!

APRESENTAÇÃO



A Futuro do Pretérito é uma revista eletrônica de divulgação produzida, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), como um tributo à ciência e à história. O nosso objetivo é que ambas sejam mais acessíveis a estudantes, funcionáries, docentes e também à comunidade externa. Seu nome faz referência ao tempo verbal que expressa imaginação e questionamento, remete à tentativa de valorização do passado em tempos presentes e à capacidade desta sintonia de formular perspectivas e aspirações mais conscientes para o futuro.

Construída por mãos e olhares pautados nesses ideais, a revista busca subverter a lógica do esquecimento, lançando luzes para que sujeitos e tempos não sejam apenas verbais, mas históricos. Na história da Faculdade de Educação da USP, a nossa revista é a primeira a ser feita por estudantes. Temos muito orgulho disso e estamos cientes da responsabilidade assumida; por essa razão, nos esforçamos ao máximo para oferecer um trabalho sempre questionador e de excelente qualidade.

A edição que você lerá a seguir tem como tema central *Educação, Acesso e Inclusão*. Com este tema buscamos discutir e apresentar as dimensões do acesso e inclusão das pessoas com deficiência em espaços públicos de educação, discutindo os desafios enfrentados diariamente por estes sujeitos e buscando respostas através da própria educação.

Desejamos uma ótima leitura!

10 FATOS E CONQUISTAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

por Rani Beatriz Evangelista



O direito das pessoas com deficiência de acesso e permanência na rede regular de ensino foi uma conquista derivada de debates e da luta de especialistas e pessoas com deficiência ao longo do tempo.

1. Breve história da educação especial



A oferta de educação para pessoas com deficiência no Brasil data do século XIX, ainda durante o Império. Contudo, não se tratava de um projeto nacional, pois apenas alguns institutos isolados para pessoas cegas e pessoas surdas ofereciam essa modalidade de educação. A educação especial passou a fazer parte do sistema educacional brasileiro a partir de 1961, quando passou a ser regida pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Apesar de fazer parte da educação nacional desde a década de 1960, a educação especial nesse período ainda era considerada a partir de uma visão integracionista, ou seja, apenas na perspectiva de políticas isoladas e não da universalização do acesso. A partir da Constituição Federal de 1988 e da LDB de 1996 esse cenário começa a mudar e fica preconizado que os sistemas de ensino devem assegurar as condições específicas de cada estudante de acordo com suas necessidades.

2. Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência

Em 2006, em Nova Iorque, ocorreu a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Essa convenção promoveu grandes debates, que resultaram no surgimento de novos pressupostos e paradigmas para as políticas para pessoas com deficiência, incluindo a educação. O Brasil é signatário dessa Convenção, que tornou-se decreto em 2009 (Decreto n. 6949 2009). A partir desses documentos, partindo dessas perspectivas, outros foram surgindo para subsidiar a educação especial no Brasil. A atual Política Nacional para Educação Especial, por exemplo, deriva dessa legislação.

3. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI).

A PNEEPEI foi promulgada em 2008 como resultado da evolução de concepções acerca da educação especial, que hoje tem como dimensões a acessibilidade, o enfoque inclusivo e a não discriminação com base na deficiência. Os debates que culminaram na PNEEPEI levam em consideração que, para alcançar a igualdade de oportunidades, as pessoas com deficiência devem poder alcançar todos os direitos (políticos, civis, econômicos, sociais). Sendo assim, o enfoque está na pessoa, seus direitos e demandas individuais, e não na deficiência.

4. Público-alvo

No século XIX e até meados do século XX, o atendimento para educação especial era limitado a determinados grupos. O público-alvo dessa modalidade foi se ampliando e hoje são pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Trata-se de uma modalidade transversal, ou seja, ela atravessa todas as demais etapas e modalidades do ensino, desde a educação infantil até os níveis superiores, incluindo a Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Indígena e Quilombola e assim por diante.

5. Números em relação à educação especial

Os avanços nos debates e na legislação trouxeram resultados significativos no que se refere ao acesso e permanência das pessoas com deficiência na escola, apesar de ainda necessitar de muitos avanços. De acordo com o Censo de 2019, hoje 68,2% das escolas brasileiras têm estudantes matriculados na educação especial, sendo que a rede pública representa 82,3% desse total. Na escola pública, quase 98,4% dos estudantes da educação especial frequentam classes comuns. Até 2019, os estudantes da educação especial representavam 2,6% dos estudantes da educação básica. A frequência de estudantes da educação especial em classes comuns cresceu, passando de 60,5% para 88,1% de 2009 a 2020.

6. Perspectiva inclusiva

Embora seja um aspecto importante da garantia do direito à educação, o acesso à escola por meio de oferta de vagas não é suficiente para a perspectiva adotada hoje nas discussões sobre educação especial. A perspectiva inclusiva coloca em ênfase a garantia da participação, aprendizagem e continuidade dos estudos, por meio da promoção da autonomia dos estudantes.



7. Mudanças em relação ao termo "deficiência"

Ao longo do tempo, as concepções e termos utilizados foram mudando, graças às discussões e lutas travadas por especialistas e por pessoas com deficiência. Até meados do século XX, persistia o modelo biomédico, que interpreta a deficiência como consequência de uma doença ou acidente e que deve ser tratada através de reabilitação. Como consequência, nesse modelo as políticas públicas são de caráter integracionista e isoladas, normalmente restritas à saúde, assistência social e educação especial em escolas segregadas. A partir da década de 1960 surgiu o modelo social, que se contrapõe ao modelo anterior ao afirmar que a deficiência não é uma questão médica, mas uma questão social, pois se trata dos obstáculos que a sociedade impõe a determinados corpos. Assim, o termo utilizado passa a ser pessoa com deficiência, colocando a pessoa a frente da deficiência e fazendo com que o foco não seja mais a reabilitação dos corpos, mas a melhora da sociedade em fornecer acessibilidade para todos.

8. Concepção de acessibilidade

A acessibilidade não se limita às questões arquitetônicas de um ambiente, como rampas e banheiros que permitam que pessoas com deficiência física transitem pelo espaço. A acessibilidade também é entendida como a possibilidade de alcance e utilização, com autonomia, de espaços, equipamentos e meios de informação. Nesse sentido, o direito à educação deve ser contemplado para que a acessibilidade seja de fato efetivada.

9. Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Esse atendimento compreende o conjunto de atividades, recursos e materiais pedagógicos e de acessibilidade que são prestados de forma complementar à formação dos estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, através da frequência desses alunos às salas de recursos multifuncionais, e de maneira suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação. Desse modo, o AEE tem como objetivo promover as condições de acesso e aprendizagem dos estudantes da educação especial no ensino regular.

10. Profissionais

Além dos recursos e materiais que a escola deve oferecer para que os alunos da educação especial tenham condições de acesso ao currículo do ensino regular, há também o auxílio de alguns profissionais especializados. Além da professora e do professor regente da classe, há também, para aqueles que necessitarem, um tradutor e intérprete de Libras que promove o acesso da pessoa à comunicação e à informação em todos os espaços e atividades da escola. Essa mediação pode acontecer na sala de aula comum, na sala de recursos multifuncionais, entre outros espaços. Também é direito do estudante e ter o auxílio de um guia-intérprete, que faz a mediação da comunicação e interação das pessoas com surdocegueira. E, por fim, o profis-



sional de apoio escolar para alunos com deficiência, que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante.

Referências Bibliográficas

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>

BRASIL. **Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>

CORREIA, Gilvane Belem; BAPTISTA, Claudio Roberto. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva de 2008: quais origens e quais trajetórias? **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. esp. 2, p. 716-731, dez., 2018. Disponível em: <[file:///G:/Download%202/1+11905+Correia_Baptista+MV%20\(1\).pdf](file:///G:/Download%202/1+11905+Correia_Baptista+MV%20(1).pdf)>.

INEP/MEC. **Glossário da Educação Especial.** Censo Escolar 2020. Brasília, Distrito Federal, 2020. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/glossario_da_educacao_especial_censo_escolar_2020.pdf>

LEAL, Fernando et al Anuário Brasileiro da Educação Básica. In: CRUZ, Priscila; MONTEIRO, Luciano (Org.). **Todos pela Educação. Editora Moderna.** 2021. Disponível em: <<https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2021/educacao-especial-inclusiva.html>>

MAIOR, Izabel Maria Madeira Loureiro. **Movimento político das pessoas com deficiência:** reflexões sobre a conquista de direitos. Inc.Soc.: Brasília, DF, v.10 n.2, p.28-36, jan./jun. 2017.

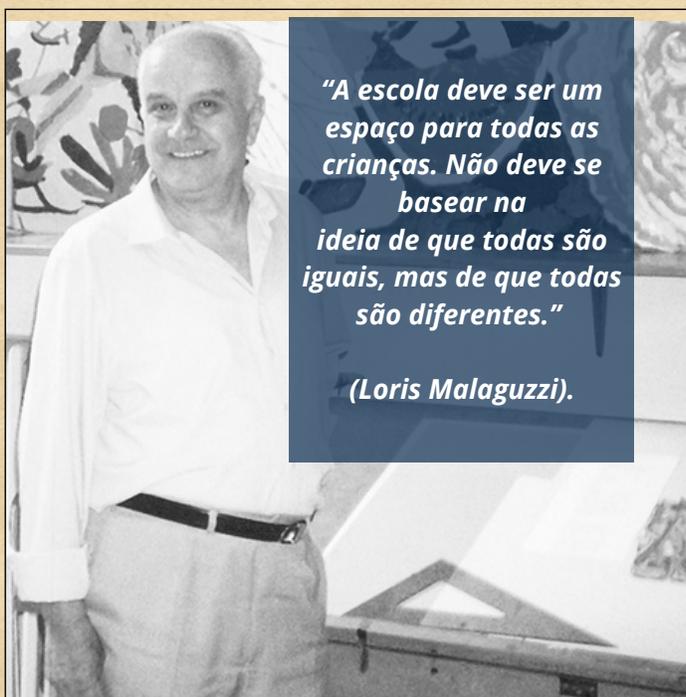
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **A educação especial em números.** 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/pnee-2020/dados-do-censo-escolar-do-inep-2019-podem-subsidiar-analises>>

PERGAMINHO DO TEMPO



AS ABORDAGENS DAS DEFICIÊNCIAS AO LONGO DA HISTÓRIA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

por: Sabrina Ferrazoni Superibi



“A escola deve ser um espaço para todas as crianças. Não deve se basear na ideia de que todas são iguais, mas de que todas são diferentes.”

(Loris Malaguzzi).

Fonte: Reggio Emilia Approach

As crianças e a escola refletem a vida social na qual estão inseridas: há uma infinita diversidade presente em cada unidade e comunidade escolar. Quando falamos em diferenças na educação, devemos ter em mente o amplo espectro a que isso se refere: raça, gênero, classe social, portadores ou não de deficiências, entre outros.

Nesta edição da Futuro do Pretérito, cuja temática abrange os debates em educação, acesso e inclusão, a Pergaminho do Tempo propõe uma discussão sobre os caminhos e descaminhos da educação voltada às pessoas com deficiências a partir de

uma perspectiva histórica; as abordagens – médica e social – sobre as deficiências que, ao longo da história, moldaram a visão corrente da sociedade com relação às pessoas com deficiência e, a depender do contexto em que imperavam, possibilitavam ou não que a educação escolarizada fosse também pensada como sendo um direito para essa população.

Temos plena certeza da delicadeza desse tema e não temos a menor pretensão de esgotar esse debate, mas de apontar um panorama inicial sobre ele. Pensar a evolução histórica dos olhares sobre as pessoas com deficiência nos possibilita saber de onde partimos, para que possamos nortear a todo momento o nosso trabalho como profissionais da educação e compreender a importância de realizarmos de fato um trabalho pedagógico que possa ser encaminhado pela premissa de que a educação é um direito de todos e para todos.



AS DISTINTAS CONCEPÇÕES A RESPEITO DAS DEFICIÊNCIAS AO LONGO DA HISTÓRIA

1. Antiguidade:

A deficiência sempre esteve presente, é intrínseca à própria História da Humanidade. A forma como cada uma das épocas lidou com as pessoas com deficiência, porém, variou de contexto para contexto, de sociedade para sociedade, ao longo do tempo.

Na Antiguidade, as visões sobre as pessoas com deficiência alternavam-se desde uma completa omissão e exclusão da sociedade, por serem vistas como incompletas, anormais e incapazes, até a despertar sentimentos de compaixão ou justificando que fossem mortas. Reações de solidariedade, completa rejeição e até a morte foram algumas das maneiras como as sociedades antigas destinavam o tratamento às pessoas com deficiência. A sociedade egípcia, por exemplo, é apontada pelos pesquisadores como sendo uma das civilizações antigas na qual o tratamento direcionado às pessoas com deficiência era mais justo e caridoso, sendo permitido a essas pessoas alçar altos cargos daquela sociedade:

Evidências arqueológicas nos fazem concluir que no Egito Antigo, há mais de cinco mil anos, a pessoa com deficiência integrava-se nas diferentes e hierarquizadas classes sociais (faraó, nobres, altos funcionários, artesãos, agricultores, escravos). A arte egípcia, os afrescos, os papiros, os túmulos e as múmias estão repletos dessas revelações. (GUGEL, 2015, p.2)

Já a sociedade grega valorizava amplamente o corpo físico e a saúde. Podemos entender a centralidade do vigor do físico e a importância social da manutenção desse corpo quando consideramos as constantes guerras nas quais as cidades-estados, ou pólis gregas, envolviam-se.

Em Esparta, uma das principais cidade-estado gregas, chegava-se ao extremo de condenar à morte as pessoas com deficiência:

Essa concepção os levava ao extremo do corpo, direcionando sua vida para o treinamento pesado, envolvendo desde mulheres a crianças, onde “era comum a política da eugenia, com a proposta de fortalecimento das mulheres para que elas gerassem filhos fortes e saudáveis, além do abandono das crianças fracas ou deficientes”. (MONTEIRO, 2009, p.7)

Tal tratamento era praticamente semelhante ao que, mais tarde, Roma destinaria às pessoas com deficiência: a ideologia eugênica imperou nesta sociedade, e a visão que se tinha era a de que essas pessoas eram descartáveis e inúteis ao bem comum da sociedade, sendo, portanto, passíveis de serem sacrificadas.

2. Medievo:

Na Idade Média consolidou-se na sociedade uma instituição que tornar-se-ia detentora de grande parte do





pensamento e que deu respaldo a diversas esferas da vida social: a Igreja Católica. Para aquela Igreja, a situação da pessoa com deficiência era, a um primeiro olhar, contraditória: vistos como pessoas que embora trouxessem em si a marca do pecado, deveriam suscitar caridade.

Existiam ainda aqueles que encaravam o nascimento de pessoas com deficiência como um sinal de um castigo divino. A Idade Média não teve uma única forma de lidar com a pessoa com deficiência, mas podemos dizer que as contradições marcaram esse período: não há unanimidade neste tratamento. Os agentes sociais são vários e cada instituição ou ordem religiosa teria a sua própria forma de urdir aqueles indivíduos.

3. Modernidade:

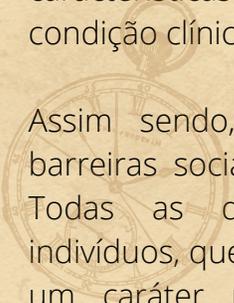
Com o declínio da Igreja Católica como instituição para a qual convergiam praticamente todas as esferas da vida social e do pensamento, e com a ascensão da filosofia humanista e do método científico, tem-se pela primeira vez a questão das deficiências encaradas sem o tom de misticismo que até então as cercavam, ora nas sociedades antigas, ora durante o medievo. Passa-se a buscar uma explicação lógica e racional para a situação das deficiências e, por conseguinte, enquadrá-las em uma lógica de normalização, como veremos no tópico a seguir.

• Paradigmas da modernidade: compreender para normalizar

Com a chegada da Modernidade e a ascensão do método científico em detrimento da doutrina e da filosofia cristã que vigorou na Europa Medieval, iniciou-se uma série de estudos e pesquisas em torno da tentativa de melhor identificar e compreender as deficiências.

Essa nova concepção, porém, seria marcada por um objetivo: normalizar as deficiências ou excluir do convívio social aqueles que não se desejavam e não eram vistos como passíveis de fazer parte da sociedade: é o modelo clínico, ou modelo médico, cuja abordagem vigorou e surgiu com força no contexto moderno.

Segundo essa abordagem ou modelo, as deficiências são concebidas como um desvio biológico, e as pessoas marcadas pura e simplesmente por suas características individuais a partir da sua condição clínica.



Assim sendo, fatores externos e as barreiras sociais não são considerados. Todas as deficiências partem dos indivíduos, que são encarados a partir de um caráter meramente patológico e todos os estudos e as tentativas de compreender as deficiências vão ao encontro a uma finalidade: medicar e tratar para normalizar as pessoas com deficiência. Quando a pessoa não respondia aos tratamentos e medicalização, a clínica era o destino.



A partir do Século XVII, os deficientes passaram a ser internados em orfanatos, manicômios, prisões e outros tipos de instituições, juntamente com delinquentes, idosos e pedintes, ou seja, eram excluídos do convívio social por causa da discriminação que então vigorava contra pessoas diferentes. (BERGAMO, 2010, p.35)

Não por acaso Michel Foucault, autor de “O Nascimento da Clínica”, identifica na modernidade, mais especificamente, na passagem para o Século XVIII, o surgimento da clínica, quando a Medicina e a Ciência europeias passaram pelo rearranjo que já apontamos neste tópico, com uma transformação sem precedentes na sua teoria e prática, apresentadas sob a bandeira de um presumido empirismo que traria ainda mais credibilidade às práticas médicas, alçadas então para o lugar da Ciência.

Foucault aponta, contudo, que não foi, como se pode dar a entender a uma primeira vista, as evoluções das práticas médicas ou da utilização de técnicas mais avançadas da Medicina que culminaram no nascimento da clínica, mas sim, o próprio discurso médico; o discurso racional e científico da modernidade e a soberania do olhar médico seriam, em última instância, responsáveis pelo nascimento da clínica.

A mudança social que foi instaurada a partir do momento em que o saber médico se consagrou como detentor de toda a verdade produzida sobre a vida das pessoas recai sobre uma infinidade de indivíduos e vai configurar um tratamento para as pessoas com deficiência baseado em três premissas: a

exclusão, a segregação e a medicalização com fins de normalização da pessoa com deficiência.

A educação, nesse contexto, não era vista como um direito das pessoas com deficiência e os precursores que apontaram para as primeiras ações no sentido de proporcionar educação para aquelas pessoas, fizeram-no imbuídos dos ideais de seu tempo, ou seja, o de proporcionar situações que permitissem às pessoas com deficiência serem enquadradas em um ideal de “normalidade possível”.

Esse modelo social foi superado, na contemporaneidade, pelo ideal da inclusão. Infelizmente, ser superado no debate não quer dizer que ele ainda não encontre ecos e espaço em determinados contextos e situações.

• **O modelo social da deficiência: origens e desafios contemporâneos**

Data da década de 1960 e da autoria de um sociólogo (ele próprio, pessoa com deficiência) do Reino Unido, Paul Hunt, as primeiras críticas sistematizadas ao modelo médico e a proposta de uma nova forma de encarar as deficiências: o modelo social.

Um dos escritos de maior impacto de Hunt foi uma carta enviada ao jornal “The Guardian” em setembro de 1972. Abaixo, um trecho:

Senhor editor, as pessoas com lesões físicas severas encontram-se isoladas em instituições sem as menores condições, onde suas ideias são ignoradas, onde estão sujeitas ao

autoritarismo e, comumente, a cruéis regimes. Proponho a formação de um grupo de pessoas que leve ao Parlamento as ideias das pessoas que, hoje, vivem nessas instituições e das que potencialmente irão substituí-las. (HUNT, 1972)



A Hunt é também atribuída a primeira articulação política de pessoas com deficiência na Inglaterra, ocasião que ficou conhecida como movimento das pessoas com deficiência. Também na ocasião da carta enviada ao "The Guardian", Hunt convidava as pessoas com deficiência a formarem a União das Pessoas com Deficiência Física Contra a Segregação (UPIAS, "The Union of the Physically Impaired Against Segregation" sigla em inglês).

A criação desse grupo de articulação é tida como a primeira experiência histórica de criação de um grupo para a defesa das pessoas com deficiência pensada e proposta a partir de seus próprios membros e desvinculado do discurso médico.

Até então, as poucas tentativas de defesa das pessoas com deficiência eram pensadas e propostas a partir do viés da normalização e por pessoas ditas normofuncionais, ou seja, alheias às vivências, experiências e consulta das opiniões das pessoas com deficiência.

O que Hunt iniciou conjuntamente ao seu grupo de discussão na UPIAS foi uma verdadeira revolução na maneira histórica como a questão das deficiências eram encaradas: até então, as pessoas com deficiência eram meros personagens de ações e decisões que

recaíam sobre elas, e que eram pensadas e propostas de forma completamente isoladas e longe de seus anseios. A transformação colocou-as no papel de protagonistas, ou seja, pessoas com deficiência são plenamente capazes de se articularem politicamente, discutir e propor ações e políticas públicas sobre aquilo que lhes diz respeito diretamente.

O modelo social da deficiência é uma abordagem essencialmente política para a concepção das deficiências, com fins de ações sobre a realidade social, para mudança e transformações de práticas historicamente arraigadas e que por séculos permaneceram sem quaisquer questionamentos: o modelo médico ou clínico das deficiências.

Os principais postulados do modelo social da deficiência são dados como antagônicos daquilo que veio a imperar durante séculos com a vigência do modelo médico: se, para o modelo médico, a deficiência estava na pessoa, definindo-a conforme a sua lesão, para a abordagem ou modelo social, a deficiência estava no ordenamento político e social, que pressupunha um tipo de sujeito-modelo (o normofuncional, produtivo e desejável para o sistema capitalista), e todos aqueles que fugissem a esse ideal eram classificados e isolados.

Finalmente, essa é a abordagem que veio a denunciar a opressão, isolamento e exclusão das pessoas com deficiência da sociedade e a propor uma nova maneira de encarar a luta por seus

direitos: com as próprias pessoas com deficiência assumindo o controle e tendo suas vozes ouvidas para se planejar políticas públicas e direitos.

CONCLUSÕES: E como fica a escola nesse debate?

Toda criança, todo adolescente, toda pessoa, com deficiência ou não, tem direito à educação. Buscamos realizar nesse artigo um panorama inicial sobre a trajetória histórica das concepções acerca das deficiências. O debate sobre a inclusão é uma realidade bastante recente em nossa história, que podemos datar a partir da década de 1970.

No decorrer da história recente, houve alguns avanços no que concerne às leis e políticas públicas voltadas ao objetivo de promover os direitos de acesso e permanência das pessoas com deficiência à educação. Entretanto, ainda não há uma efetivação real desses direitos, mesmo assegurados por sólida legislação nacional e internacional.

Como fazer valer de fato a inclusão de pessoas com deficiência? Como garantir o direito à educação dessas pessoas? A resposta para essas questões é bastante complexa e abrange diversos fatores. Não é raro professores ainda sentirem-se receosos ao receberem alunos com deficiência em suas salas de aula e acreditarem ser incapazes de abordar pedagogicamente aqueles estudantes.

Acreditamos, porém, que uma mudança efetiva faz-se com múltiplos agentes, não se tratando apenas do trabalho docente

de forma individual, embora seja impossível sem ele. Todo o sistema educacional precisa modificar-se; a educação inclusiva, como modalidade transversal de ensino, requer uma abordagem completamente diferente do que vem acontecendo até agora: é preciso enxergar o estudante para além de sua deficiência.

A criança ou o adolescente com deficiência deve chegar à escola antes de seus laudos e quaisquer teorias psicologizantes que estejam, erroneamente, definindo-o aprioristicamente, para que o professor possa de fato estar em contato com ele(a) antes de quaisquer juízos de valores. Na educação inclusiva, o aluno deve chegar à sala de aula antes de sua deficiência, ou o que socialmente já se falou acerca dela ou dos pareceres médicos que se acreditam validados.

Segundo Luckesi (2000), se antes mesmo de ouvirmos e vermos alguma coisa já estamos julgando, positiva ou negativamente, perdemos a capacidade de acolher. E, por isso, devemos sempre enxergar a criança antes do seu laudo, porque o parecer médico não é destino ou ponto de partida algum para a abordagem pedagógica dos estudantes. Começar a colocar em prática esses pressupostos talvez seja uma resposta inicial para uma questão tão complexa como a de como trabalhar a inclusão no cotidiano da sala de aula.

BIBLIOGRAFIA

BERGAMO, Regiane Banzatto. **Educação Especial - Pesquisa e prática**. Curitiba, Ibpex, 2010

DINIZ, Débora. **O que é deficiências**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2015.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiências e sua relação com a história da humanidade**. AMPID (Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiências), 2015. Disponível em:

http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php

HUNT, Paul. [**Correspondência**]. Destinatário: The Guardian. Londres, 20 de setembro de 1972. Original em inglês disponível em:

<https://disability-studies.leeds.ac.uk/library/author/hunt.paul/>

LUCKESI, Cipriano Carlos. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem. **Revista Pátio**, v. 12, 2000.

MONTEIRO, Alessandra Andrea. **Corporeidade e Educação Física: Histórias que não se contam na escola! Universidade São Judas Tadeu**. Programa de pós-graduação stricto sensu [dissertação de mestrado] em Educação Física. São Paulo, 2009.



A FALTA DE ACOLHIMENTO E INCLUSÃO ÀS DIFERENÇAS: UM RELATO E RECADO AOS PROFESSORES



GI RALHEONCO

“

Olá, eu sou a Gi Ralheonco e tenho 20 anos, sou autista e hoje vim conversar sobre a minha vivência na escola! Por ser autista, muitas pessoas me excluíam na escola, não só alunos, mas também professores. Passei por muitas coisas, mas tentei não me abalar porque as pessoas estava perdendo a oportunidade de ter minha amizade. Atualmente, estou estudando num Centro de Educação de Jovens e Adultos - uma boa oportunidade para concluir meus estudos mais rápido, me esforço todos os dias.

Não acho que as escolas estão preparadas para o novo, diferente, mas depende das pessoas também. Muitos querem ser professores e, quando encontram uma criança que é deveras diferente, com seus acertos e erros, não estão preparados. Isso traz muitos *feedbacks* ruins, não só de autistas, mas toda comunidade diferente, porque faz com que se tenha certa insegurança ao ensinar para nós.

Não entendo muito como essas coisas funcionam, mas acho que, para melhorar, quando estão estudando para serem professores, seria bom que estudassem mais sobre a realidade de autistas e crianças atípicas no geral. Nós não somos burros e incapazes como algumas pessoas pensam! Algumas pessoas, de certa forma, não acreditam muito na gente e em nossas capacidades, mas, com a energia que temos, acredito que conseguiríamos energizar o mundo inteiro! Somos capazes, nosso lugar é em todo lugar e, como as outras pessoas, temos direitos e necessidades.

Para finalizar, meu conselho para os professores é: não desistam do que vocês não entendem! É preciso ir atrás, como professores, estudar e ouvir!



Espero que o mundo tenha mais inclusão.

Até mais! ”



Laureane Lima Costa. Foto: Arquivo pessoal.

DIÁLOGO TRANSVERSAL SOBRE EDUCAÇÃO E PESSOA COM DEFICIÊNCIA*

por:
GABRIEL LISBOA DA SILVA

convidado da edição:
Laureane Lima Costa
Psicóloga (CRP 09/11106),
bolsista da Coordenação de
Ações Pedagógicas Especiais
(CAPE/UFJ), mestra em
Educação (PPGE/UFJ),
integrante do grupo de
estudos do Laboratório de
Educação Inclusiva
(LEdi/UEDESC) e do Núcleo de
Estudos sobre Deficiência
(NED/UFSC).

Gabriel: Boa noite, Laureane. Agradeço por ter aceitado o convite de conversar com a nossa revista. A primeira pergunta que eu faço já vai conversar um pouco com o nosso contexto atual, que é o contexto de eleições, e fazendo uma análise breve sobre os planos de governo dos três candidatos mais bem colocados, a gente encontra “pessoa com deficiência”, e a questão que eu coloco é como a gente encontra essa pessoa com deficiência. No plano de governo do atual presidente Bolsonaro, aparece a pessoa com deficiência colocando questões de economia, de sustentação econômica da pessoa, colocando questões de preservação da mãe dessas pessoas. No plano de governo do Ciro Gomes, a gente encontra em linhas gerais também uma necessidade de sustentação econômica garantir alguns benefícios, e a palavra “acessibilidade” aparece de uma forma bem evidente e sublinhado, de início, a associação da acessibilidade e do direito de ir e vir, sublinhando esse direito até mais do que outros. No plano de governo do ex-presidente Lula, a gente encontra a pessoa com deficiência e uma perspectiva adotada, que em poucas palavras, a partir de um autor se diz: “nada sobre nós, sem nós”. Como você pode comentar essas três perspectivas?

Laureane: Então, acho que além de comentar isso que você coloca, Gabriel, do Lula e do Bolsonaro, a gente também tem elementos para dizer como é que foi experimentar esses governos. Então eu acho que gostaria de trazer isso para a gente pensar também. É inegável que durante os governos Lula, e também os governos da Dilma, apesar da gente ter tido políticas alinhadas às políticas neoliberais, a gente teve um avanço muito importante na conquista de igualdade, pelo menos formal, entre pessoas com e sem deficiências no Brasil, né.

*Esta entrevista foi realizada antes da consolidação das eleições para presidência em 2022.

Então, foi em 2008, quando a gente tem a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, que as escolas segregadas deixam de ser reconhecidas como uma possibilidade de substituição da escola comum. Elas até podem continuar como complemento, mas não é como substituição da escola comum.

E isso é um marco muito interessante, isso é fundamental para garantir a inclusão de pessoas com deficiência na escola comum e em outros espaços comuns também. Além disso, a gente teve, mais ou menos no mesmo período, a adoção da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência como emenda constitucional, e isso foi muito importante também. E em 2015, a aprovação da lei brasileira de inclusão à pessoa com deficiência. Então acho que são elementos fundamentais pra gente pensar. Desde o golpe que tirou a Dilma, a gente já vinha observando, ainda no governo Temer, tentativas de mudança na política de 2008, né, as pessoas apontando que era ineficaz, enfim, como se dez anos de política fossem suficientes para reparar tantos anos de exclusão das pessoas com deficiência da escola comum. Então desde ali a gente começou a sentir tentativas de desmonte dos direitos que tinham sido conquistados até então. Isso se acentua desde quando Bolsonaro é eleito, então assim, na campanha de 2018, ele passou a campanha quase inteira sem tentar diálogo com as pessoas com deficiência. Depois que esse tema apareceu em alguma entrevista, provocado pelo Haddad, aí apareceu a Michelle Bolsonaro sabendo libras e “olha que coisa fofa, a gente vai ter uma primeira dama que sabe libras”, enfim, muito vinculado também a uma perspectiva caritativa de compreensão da deficiência. E aí a gente tem na posse, em primeiro de janeiro de 2019, aquele discurso dela, de novo resgatando uma perspectiva caritativa de compreensão da deficiência, o que é muito prejudicial para nós. Depois, a gente pode falar mais sobre isso se você achar que é interessante.

Pouco tempo depois desse discurso caritativo na posse, o governo desmontou o CONAD, que era o maior órgão de representação de pessoas com deficiência para discutir as decisões do governo ali, uma medida antidemocrática e que já sinaliza que a compreensão de deficiência para o governo segue muito diferente do que vinha sendo construído até então. Tempos depois, a gente começa a ver questionamentos na lei de cotas de contratação no mercado de trabalho, tendo propostas ali de contratar uma pessoa com deficiência considerável ou severa e valer por vaga de duas pessoas, enquanto deveria haver uma maior fiscalização para as empresas cumprirem as leis e garantirem os recursos de acessibilidade que viabilizassem o trabalho dos trabalhadores com deficiência

E ainda, em 2020, a gente tem a proposição do decreto nº 10502, propondo de novo uma alteração nas políticas de 2008, e ali no decreto, reassumindo as escolas segregadas como possibilidade de substituição da escola comum. Então eu acho que, analisando o que a gente já viveu nos dois governos, a gente tem muitos elementos de pensar como é que pode ser daqui pra frente, né.

Agora, no que você traz, nos planos de governo, para mim só reitera a lógica de um governo que entende pelas perspectivas caritativas, que não entende a pessoa com deficiência como um sujeito, até porque a proposta é para a mãe das pessoas com deficiência, e não para as pessoas com deficiência. Até a propaganda que passa na televisão é assim: “cuidar da família é cuidar das mães de crianças deficientes”, uma coisa bem assim. E o lema “nada sobre nós, sem nós”, que você menciona que aparece no plano do Lula, me parece muito alinhado ao que já vinha acontecendo, né. Em 2010, também é importante mencionar, a gente teve a produção do documentário “História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil” e a produção do livro de mesmo nome, cujo objetivo era criar memórias do movimento das pessoas com deficiência no Brasil, pela conquista de direitos. Isso estava disponível em sites oficiais do governo federal até 2019. E eu digo isso porque em 2019 eu estava trabalhando num artigo para discutir isso, e eu acessei esses materiais em sites oficiais. Depois, os meus colegas pediram o documentário e o livro para eles usarem nos trabalhos também, e eu não encontrei mais em sites oficiais. Eles estão disponíveis agora em blogs de pessoas com deficiência, canais no youtube de pessoas com deficiência ou pesquisadores da área. Então importa pensar por que há um apagamento dessa memória da história de luta das pessoas com deficiência no Brasil. Talvez a gente precise apagar essa história de luta para colar uma narrativa de que essas pessoas precisam só de caridade, de proteção, e de um cuidado numa perspectiva paternalista, mas não emancipatória.

Gabriel: Muito interessante as ideias que você traz e eu vou até pedir que você depois comente mais sobre essa perspectiva caritativa, e essa palavra também "paternalista", porque a ideia de caridade e de paternalismo em pessoa com deficiência me faz pensar sobre os efeitos dessas perspectivas na educação que é um dos focos dessa revista e dessa entrevista. Então, você poderia comentar um pouco sobre esses termos sobre essa perspectiva caritativa, paternalista e os efeitos na educação já pensando também um pouco em efeito de uma educação que seja feminista, não seja capacitista, mas que seja emancipadora e até libertadora desses dois vieses que a gente está conversando.

Laureane: Numa perspectiva caritativa, eu entendo a deficiência como um fardo daquela pessoa que se encerra nela mesma, ou, no máximo, na família dela. Então é uma pessoa que vive uma tragédia pessoal, é uma “pobre coitada”, que não é digna da cidadania, mas que é digna de receber caridade. Historicamente foi assim, e com muita influência do cristianismo. Então, as pessoas com deficiência historicamente foram tiradas do convívio da sociedade e colocadas em espaços ditos de “proteção”. Esses espaços de “proteção” sempre foram espaços de segregação, mas veja como muda se a gente diz que está “protegendo”, “acolhendo” do que quando a gente diz que está “segregando” e impedindo o convívio de modo intencional.

Então o que se observa é isso: essa perspectiva de que as pessoas com deficiência vivem um infortúnio, e que então elas precisam de caridade. E se a gente considera que um grupo precisa de caridade, significa que esse grupo não precisa de direitos. Significa que o Estado, então, não precisa fazer nada para garantir condições de vida dignas para esse grupo de pessoas, porque “a Igreja, os irmãos, a mãe vão fazer o que essa pessoa precisa”, como levar uma cesta básica, levar fraldas para quem precisa, vai cuidar, se for uma criança, para essa mãe poder ir a uma consulta médica, por exemplo. Enfim, então tudo se resolve na perspectiva da caridade e isso desresponsabiliza o Estado de qualquer ação para garantir acessibilidade, de assistência pessoal, enfim, tudo se resolve no âmbito da família e, no máximo, no âmbito da Igreja.

E isso se vincula a uma perspectiva paternalista que implica a compreensão de proteção e de cuidado pensando numa relação hierárquica, numa relação vertical e não horizontal, no sentido de que uma pessoa sem deficiência saberia o que é melhor para uma pessoa com deficiência. É o grupo de apoio na igreja que vai saber o que é “melhor” para essa mãe, como é que ela vai cuidar dos seus filhos. Então, não é reconhecer a outra pessoa como um sujeito ativo, mas como um objeto passivo onde eu decido o que eu quero fazer por ela ou não, e essa até onde ela pode ir ou não, que coisas ela pode ou não desejar da própria vida, se é que a gente considera essa pessoa um ser passível de desejar alguma coisa.

Como é que isso se expressa na educação: se eu tenho uma professora que compreende a deficiência por essa perspectiva, ela provavelmente vai desafiar menos essa estudante, porque “coitada, já sofre tanto na vida, não vamos colocar tarefas desafiadoras para ela”. Se expressa também quando a gente escuta, por exemplo, de profissionais vinculados a educação especial, “é que elas têm um dom especial para trabalhar com esse tipo de criança”. E aí, repare que esse tipo de criança já nos indica muito então que não se compreende a criança com deficiência apenas como criança, mas uma categoria específica de criança.

Então, as pessoas acham que por isso poderiam trabalhar na educação especial, porque elas sempre gostaram de ajudar o próximo, e aí então nesse sentido há uma série de questões que restringem o acesso das estudantes com deficiência do acesso ao currículo.

Gabriel: Muito interessante! E no momento em que você fala sobre haver um desejo mais ou menos mobilizado nessa educação, nesse reconhecimento da pessoa com deficiência como sujeito, como pessoa, antes de ser pessoa com deficiência, e pensando na perspectiva de educação caritativa que você trouxe, a minha pergunta vai para expandir até essa ideia de educação, já que o seu mestrado fala sobre educação sexual, então, se você pudesse, gostaria que você abordasse como chegar, quais são os elementos que tem para discutir, é claro, a gente já tem uma dificuldade de discutir educação sexual, e nunca passou pela cabeça do discurso contemporâneo que a gente encontra nas mídias a ideia da educação sexual repensada para pessoas com deficiências, você pode comentar sobre isso, então?

Laureane: Sim. Acho que isso é outro elemento para a gente pensar: como que diferentes governos fecham mais ou menos o espaço para o debate da educação sexual nas escolas e como isso se articula também com estudantes com deficiência. O que eu descobri na minha pesquisa de mestrado: a mesma tendência de pensar em educação segregada para pessoas com deficiência se reproduzia no campo da educação sexual. Então, quando estava fazendo o levantamento da literatura, eu encontrei artigos de educação sexual para surdos, de educação sexual para cegos, de educação sexual para pessoas com deficiência física e, o mais comum, educação sexual para pessoas com deficiência intelectual. Então, perceba, eram estratégias de intervenção focadas em grupos a partir do tipo de impedimento corporal. Então, era uma educação segregada e delineada em função do impedimento corporal. E os programas para pessoas com deficiência intelectual focavam sobretudo no ensino de controle da própria sexualidade, no sentido de qual é o lugar correto para se masturbar, enfim, era numa perspectiva que hoje eu entendo como médico-biologista de educação sexual porque se focavam aspectos de controle da sexualidade e também aspectos biológicos da sexualidade. Como que a educação sexual se expressa nas escolas: na maioria delas elas não se expressam, exceto nas aulas de ciências ou biologia, o que já denuncia de novo a nossa perspectiva médico-biologista de educação sexual. Então, se ela só se expressa nas aulas de ciências ou biologia, e quando se expressa, parece que a gente não tem conseguido trazer a cultura atravessando a vivência da sexualidade ou não. Se esse tema só aparece nas aulas de ciência e de biologia, provavelmente a gente continua entendendo o que é ser humano a partir de um modelo normativo, que é considerado típico da espécie. Eu digo isso porque isso apareceu na fala de participantes da pesquisa.

Gabriel: Que riqueza essa aula que você nos deu sobre esse tema, e acho que isso remonta muitas perguntas para quem estiver lendo/acompanhando esta entrevista. E com uma última pergunta, embora eu quisesse fazer tantas outras, queria que houvesse um minicurso só para tratar desse tema, tanto nos currículos de graduação quanto nos currículos de difusão, que isso fique bem claro. Como você poderia dizer para a pessoa leiga que venha a ter acesso ao nosso conteúdo, assim como eu, no assunto de educação inclusiva — já que do ponto de vista de direitos, a gente aprende que existem os direitos da “pessoa”: os direitos fundamentais e os direitos subjetivos, em que ela tem o direito de estar em um “lugar”, mas as pessoas que ali estão tem um direito de conviver com essa diferença, com esse marcador de diferença — que não conversa sobre pessoas com deficiência, que está atrelada a às vezes grupos ou uma cultura religiosa e caritativa, e lhe comunicar a necessidade não necessariamente do respeito, pois isso está dado na lei, mas o que ela perde quando ela exclui?

Laureane: Ela perde muitas coisas. Primeiro acho que a gente precisa entender que a educação inclusiva não diz respeito apenas às pessoas com deficiência. Educação inclusiva diz respeito a todo mundo. As pessoas com deficiência foram as últimas a conseguir entrar na escola. Mas a gente também teve momentos de exclusão das mulheres das escolas e das universidades, das pessoas negras e das pessoas com deficiência também. E das pessoas pobres, obviamente. A educação inclusiva diz respeito a assumir a educação como um direito humano. Então, se é um direito humano, precisa estar disponível e acessível para todos os seres humanos, independente das características de cada um. E o que a gente perde quando deixa de conviver com a diferença? A gente perde a possibilidade de compreender o mundo a partir de outra perspectiva. Um material inicialmente pensado para um estudante cego, por exemplo, um mapa em relevo ou rio em relevo, eles aumentam a possibilidade de aprendizagem também dos alunos que enxergam e isso não seria possível se estudantes cegos não estivessem ali na sala de aula comum. Ou ainda, uma professora recentemente me contou que na escola dela tem libras como disciplina do currículo, e a reclamação das professoras era que agora não adiantava pedir para as crianças fazerem silêncio porque elas ficavam conversando em libras durante a aula. Então olha que interessante: se não fosse a presença de estudantes surdos ali, as crianças não aprenderiam a se comunicar de uma outra maneira, então as pessoas perdem de conviver com as pessoas com deficiência e com outros grupos também porque isso furta parte da nossa percepção de mundo.

Se a gente não convive com diferentes grupos, a gente deixa de conhecer uma parte importante do mundo em que a gente vive. Pra mim, é muito evidente isso de pensar o quanto várias coisas na minha posição de mundo e posicionamento foram mudando quando eu tive a oportunidade de ter um amigo trans, por exemplo.

Era uma parte do mundo que até então eu não conhecia, e a partir daquele momento várias possibilidades se abrem para a gente pensar coisas que a gente não pensava antes, então acho que seria por aí.

E acho que não comentei quando você perguntou, mas como é que seria uma educação feminista e uma educação emancipatória: para ser uma educação feminista e emancipatória precisa necessariamente ser uma educação inclusiva, porque são premissas muito parecidas. Se a gente pensa que o feminismo é um movimento político e teórico acadêmico de enfrentamento a qualquer tipo de opressão e desigualdade, isso coaduna com o objetivo de uma educação inclusiva, que é reparar as desigualdades que foram historicamente produzidas contra determinados grupos que foram marginalizados ao longo da história. Então são objetivos que coadunam. E uma educação emancipatória também. Uma educação que pensa num estudante como um sujeito ativo e como alguém com a possibilidade de também atuar na transformação do mundo em que a gente vive; é diferente de pensar o papel da educação só como uma reprodutora dos papéis que já estão estabelecidos na nossa sociedade.

Gabriel: **Contundente essa sua proposta de pensar em algo como se fosse uma união entre os grupos que sofreram problemas políticos, sociais e de vivência ou de morte, digamos assim, uma morte até simbólica e que às vezes é real, de extermínio, parecidos, e nisso esses grupos se unem e lembrar isso conversa um pouco com o nosso contexto atual que às vezes é de sectarismo, até daquele “dividir para conquistar”: funciona. É antigo, mas funciona. E somos conquistados porque nos dividimos. Isso me apareceu na sua fala e lembrar isso me pareceu muito interessante. Eu queria dedicar esses minutos finais para que você pudesse mandar uma mensagem que você deseja para os nossos leitores, uma divulgação que você quiser fazer também, esse espaço é seu! Agora a palavra está com você, junto do meu agradecimento em nome da revista Futuro do Pretérito, pela paciência, pelo carinho em nos atender e pela generosidade de contribuir com o nosso projeto, com a divulgação dessas mensagens e dessa perspectiva que precisa dominar o mundo positivamente.**

Laureane: Obrigada! É um prazer poder colaborar com vocês e espero que reverbere aí. Para a gente encerrar então, eu acho que isso que você traz é fundamental, de como é que a gente tem a coalizão de diferentes grupos. Nesse sentido, acho que o próprio conceito de capacitismo que hierarquiza as pessoas em função da adequação de seus corpos à corpo-normatividade, que ora é um padrão de funcionamento, mas ora é também um padrão estético, é um conceito importante de a gente pensar nessa coalizão. Porque se a gente pensar o que é machismo, nada mais é do que a pressuposição de que homens são superiores às mulheres.

Se a gente pensar la LGBTfobia, também é a pressuposição de que pessoas heterossexuais e cisgênero são superiores à pessoas homossexuais e transgênero. O racismo é a mesma coisa, é a pressuposição de que pessoas brancas são mais inteligentes, são espiritualmente mais elevadas do que pessoas negras e indígenas. Então, no fundo, todos esses sistema de opressão são capacitistas porque eles estão hierarquizando os grupos, estão colocando um grupo sobre o outro, e quando a gente pensa nisso faz muito sentido pensar então nessa coalizão dos grupos. E outra coisa que eu acho fundamental a gente pensar é que a deficiência pode ser uma experiência que pode atingir qualquer pessoa a qualquer momento da vida. E inevitavelmente vai atingir aquelas pessoas que viverem por muito tempo e envelhecerem. Não é a toa que as pessoas idosas frequentemente são colocadas na mesma categoria de “pessoas inúteis” e um “peso morto” para o Estado tal qual as pessoas com deficiência são. Porque os dois grupos não atendem a lógica do capital de produção de lucro. Isso não significa que essas pessoas não podem contribuir, mas obviamente a produção de lucro delas vai ser menor do que um trabalhador jovem ou um trabalhador sem deficiência. Então pensar isso acho que também é importante para pensar nessas coalizões.

COMISSÃO DE EQUIDADE

por: Cadu Xavier

A inclusão, integração e acessibilidade das pessoas com deficiência nas instituições de educação e ensino se tornam cada dia mais prioritárias e urgentes. Para democratizar e qualificar o debate sobre esses temas, a comunidade FEUSP conta com um importante espaço, que é a Comissão de Equidade (CE).

A CE foi criada em 2018 por deliberação da Congregação da FEUSP e é uma subcomissão da Comissão de Direitos Humanos da USP, que é vinculada à Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP) desde maio de 2022. Entre as suas estratégias está: “subsidiar a Feusp com princípios e diretrizes para a democratização e promoção de direitos na comunidade, contribuindo para a organização de intervenções institucionais no enfrentamento de variadas formas de iniquidade e/ou discriminação, em especial por meio da adoção de políticas afirmativas e distributivas para superação das desigualdades étnicas, raciais, de gênero e orientação sexual, de condição de deficiência e/ou mobilidade reduzida”.

A Comissão de Equidade é composta por 08 membros, com mandato de dois anos que podem ser prorrogados por mais dois. Os membros serão:

- a)** 04 docentes, um/a indicado/a pela Comissão de Graduação, um/a pela Comissão de Pós-Graduação e 02 indicados/as pela Congregação;
- b)** 04 estudantes, 02 representantes da graduação e 02 da pós-graduação, indicados/as por seus pares;
- c)** 02 trabalhadores/as técnico-administrativos/as.

Para organizar seu funcionamento, a CE articula-se com outros coletivos e instâncias com organização e composição próprias, como o Programa Acolhe, que visa promover formas permanentes de cuidado mútuo, colocando a Feusp como responsável por essa promoção; o Programa Autonomia Acadêmica, que busca aprimorar a leitura e escrita acadêmicas de estudantes de Pedagogia e demais Licenciaturas; e a Câmara de Equidade da Pós-Graduação, que atua pela equidade no acesso, permanência e pleno aproveitamento acadêmico.

Caso queira conhecer um pouco mais o trabalho da comissão, entre em contato pelo e-mail equidade.fe@usp.br.

Fontes:

Comissão de Equidade - Apresentação

<<https://www4.fe.usp.br/comissao-de-equidade/apresentacao>>

Comissão de Equidade - Programa Acolhe

<<https://www4.fe.usp.br/comissao-de-equidade/programa-acolhe>>

Comissão de Equidade - Programa Autonomia Acadêmica

<<https://www4.fe.usp.br/comissao-de-equidade/programa-autonomia-academica>>

Comissão de Equidade - Câmara de Equidade da Pós-Graduação

<<https://www4.fe.usp.br/comissao-de-equidade/camara-de-equidade-da-pos-graduacao>>

Comissão de Equidade - Contato

<<https://www4.fe.usp.br/comissao-de-equidade/contato>>

Portaria GR nº 6599/2014 - Comissão de Direitos Humanos da USP

<<http://leginf.usp.br/?portaria=portaria-gr-no-6599-de-11-de-dezembro-de-2014-2>>

Ata da 501ª Reunião da Congregação FEUSP - 30/08/2018

<<https://www4.fe.usp.br/wp-content/uploads/501-ata-da-r.-o.-congregacao-corrigida.pdf>>

BIOGRAFIA



Ma Mikley Vinturini tem 25 anos, concluiu o curso de Ciências Sociais na USP em 2022 e atualmente está cursando Teatro na ETEC. Na infância, recebeu o diagnóstico de distrofia de retina e um diagnóstico não confirmado da doença de Leber. Tal condição clínica, que lhe acompanha desde o nascimento, faz com que sua visão seja inferior a 5%.

Na entrevista concedida a Futuro do Pretérito, Ma Mikley conta um pouco sobre sua infância, como foi estudar na rede pública de ensino, sobre sua trajetória na graduação e como surgiu a paixão pelo teatro.



Confira as cenas do clipe **“Sigo em Paz”**, de Samantha Mainine, do qual Ma Mikley participou.

Confira em: <https://www.youtube.com/watch?v=jBhpcg7HXSQ>

ENTREVISTA

por: Bianca Dos Santos Lima¹

Revista Futuro do Pretérito (FP): Olá, Ma! Tudo bem? Seja bem-vinde à nossa revista! Por favor, fale-nos um pouco sobre você.

Ma Mikley: Oi, FP! Me chamo Ma Mikley Vinturini, nasci em 26 de julho de 1998, me formei em Ciências Sociais pela USP no ano passado, com bacharel e licenciatura, e atualmente sou estudante de Teatro. Salvo o primário, estudei a vida inteira em escola pública e, paralelamente, fiz acompanhamento em escolas especializadas, mas nunca quis estudar em uma. Sou deficiente visual de nascença, com um diagnóstico não fechado de doença de Leber, o que me lega uma visão de menos de 5%. Uma coisa interessante sobre isso é que meus pais só foram descobrir quando eu já estava com dois anos e meio de idade, mais ou menos.

INFÂNCIA



FP: E como foi esse diagnóstico?

Ma Mikley: Hoje em dia já teriam descoberto logo depois daqueles exames que fazem no recém-nascido, porque agora já vem incluso teste de visão e audição

junto com o teste do pezinho, mas naquela época não, então meus pais não sabiam já de cara. Desde os meus cinco meses de idade minha mãe fala que já percebia alguma coisa, porque eu tinha nistagmo, que é uma doença que faz o olho balançar. É uma coisa de família, dizem que minha bisavó paterna também tinha e geralmente isso acompanha algum problema visual ou neurológico, então minha mãe me levou no

pediatra e eu fiz todos os exames, que não acusaram nada. Mas um dos exames pedidos era uma eletrorretinografia, que é muito agradável (risos). Ele consiste em você entrar numa máquina que remove seu globo ocular, que é encaixado no nosso crânio, por incrível que pareça, e faz um registro do interior do seu olho. Só que foi um parto e meio para conseguir achar algum médico que autorizasse, porque eu ainda era um bebê, e muitos diziam também que minha mãe estava inventando coisas.

Acontece que, nesse meio tempo, eu comecei a andar e minha mãe percebeu que eu não reagia a estímulos visuais, não pegava brinquedos que me mostravam, trombava em coisas grandes... até que, finalmente, autorizaram o exame e, basicamente, eu

¹ Graduanda em Letras pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP, e-mail: biancadslima@usp.br

tenho distrofia da retina: meus cones e bastonetes não se desenvolveram corretamente e não se espalharam, então eu percebo luzes e vultos, mas não distingo as formas.

Eu costumo explicar que a minha visão é como se a pessoa estivesse tentando enxergar um teatro de sombras por um buraco de fechadura. Mas o pano do teatro de sombras tem várias linhas, como se fosse um plano cartesiano. É mais ou menos isso, se é que isso faz algum sentido (risos), mas é o modo que eu tenho de explicar para as pessoas conseguirem imaginar essa minha visão. Como os meus fotorreceptores não se espalharam bem, eu capto luz apenas em algumas partes do olho, e então se formam linhas. Caso eu enxergasse, poderíamos chamar de pontos de visão, mas não é o caso.



Crédito: Fabiana Lazzari/acervo pessoal

FP: Em qual cidade você nasceu?

Ma Mikley: Eu nasci em São Bernardo do Campo em 1998, então sou do século passado (risos) e moro aqui até hoje. Sempre tive que viajar bastante, ia para uma ONG em São Paulo cerca de duas

vezes na semana quando criança, mas acho que tomei gosto pela coisa porque desde que me formei no ensino médio, continuo nessa rotina de morar em São Bernardo e ir para São Paulo com bastante frequência.

Eu costumo explicar que a minha visão é como se a pessoa estivesse tentando enxergar um teatro de sombras por um buraco de fechadura. Mas o pano do teatro de sombras tem várias linhas, como se fosse um plano cartesiano.■

(Ma Mikley)



Fonte: banco de imagens Freepik

FP: Como era a casa de sua infância?

Ma Mikley: É a mesma casa que eu moro até hoje, fica bem no centro de São Bernardo e era do meu avô paterno, que é daqui da cidade mesmo, enquanto minha família materna vem de Santa Catarina. A casa é bem interessante porque ela é antiga, achei um documento esses dias sobre a construção e ela é datada de 1957, então foi em uma das primeiras levas de casas aqui do centro. Isso porque São Bernardo é uma cidade um tanto quanto estranha nesse sentido (risos).

Normalmente as cidades nascem em um núcleo e vão se expandindo a partir dele, geralmente ali em volta da igreja. Mas São Bernardo, não. São Bernardo nasceu por núcleos de povoação em volta das indústrias automobilísticas, porque antes da chegada delas a cidade era bastante rural. Então se criaram alguns bairros mais densamente povoados nessa época e os do centro vieram depois, na década de 50, antes era só plantação de eucalipto (risos).

E como nós não fizemos mudanças desde então, a casa tem o modelo comum de São Bernardo daquela época, de quatro cômodos: sala, cozinha, dois quartos. Também tem um quintal enorme, o que para uma criança é maravilhoso, não é? Perfeito para brincar, correr... tenho um carinho muito grande por esse espaço. E é algo um tanto quanto único porque na década de 90 esses modelos foram sendo demolidos para dar lugar a sobrados, e nós mantivemos o formato antigo.

FP: Quem morava junto contigo na mesma casa?

Ma Mikley: Eu morava com os meus pais, e, quando eu nasci, minha tia materna também morava conosco. Ela é minha madrinha, uma pessoa com quem eu tinha bastante apego quando era criança.

FP: Quais são os nomes dos seus pais? Eles trabalhavam com o quê nessa época?

Ma Mikley: Meu pai se chama José Antônio, minha mãe, Sônia. Quando eu nasci, meu pai já era funcionário público, trabalhou como motorista da Prefeitura de São Bernardo do Campo por mais de vinte anos. Ele se aposentou recentemente, como teve a pandemia no meio, eu não sei mais as datas muito bem (risos), mas acredito que foi em 2019 ou 2020, antes da pandemia. Já a minha mãe trabalhava como empregada doméstica nessa época, mas depois deixou de trabalhar fora para trabalhar em casa e ajudar a cuidar de mim. Minha mãe decidiu não ter mais filhos. Eu brinco com ela dizendo que ela percebeu que eu já dava trabalho demais e ela fica brava (risos), mas eu lembro que era uma rotina puxada mesmo.



ESCOLA, BAIRRO E AMIZADES

FP: E onde você estudava? Como funcionava o acompanhamento escolar especializado?

Ma Mikley: Depois do meu diagnóstico, a oftalmologista da família recomendou para os meus pais a ONG Laramara, na Barra Funda, onde eu comecei o acompanhamento médico e o início do acompanhamento escolar, quase como uma terapia ocupacional. Nesse início, como não se tinha muita certeza do quanto eu enxergava e do quanto eu poderia desenvolver, eles me davam figuras desenhadas em papel cartão com a caneta bem forte e eu tinha que tentar enxergar e aquilo pra mim era um inferno (risos). E mesmo que eu conseguisse ver algo, porque naquela época eu enxergava mais, era muito cansativo. Nessa época eu distinguia cores também, não todas, nunca conseguir distinguir azul do verde, rosa e laranja para mim é a mesma coisa... mas eu percebia as luminosidades. Depois entenderam que isso não fazia muito sentido porque minha visão é pouquíssima, e me mandaram diretamente para o sistema braille, no qual eu fui alfabetizada quando tinha uns 5 anos. Então eu saí do Laramara e comecei a fazer acompanhamento no Centro de Apoio aqui de São Bernardo, que é da prefeitura da cidade. Tudo isso em paralelo à escola, porque eu sempre fiz escola comum. No começo foi a decisão que meus pais tomaram, mas continuou assim por escolha minha mesmo.

O primário eu fiz na escola Tiradentes, que nem existe mais em São Bernardo: fiz o maternal, dois anos de jardim e pré-escola.

No maternal era a professora Teresa e no Jardim teve a Fernanda. Foi uma das épocas mais difíceis porque eu não queria ir para a escola. Eu chorava muito e entrava em pânico, não me lembro muito bem do porquê, mas sei que ela não me aceitava bem, então deve estar relacionado. Sempre ficava aquela coisa de “não era melhor que essa criança estudasse em outro lugar?”, e ela falava isso explicitamente. Mas, em compensação, no jardim II teve a professora Luciana, que foi quem me alfabetizou! Ela aprendeu braille para me ensinar, lembro que ela sempre levava o livrinho de braille para as aulas.

Não sei se você conhece o sistema, mas ele é formado por seis pontos, dispostos em duas colunas de três em três, que nós chamamos de cela, então vão ter 63 combinações que você usa para tudo. Ano passado mesmo eu estava fazendo um curso de notação musical em braille, para você ver como é um sistema completo.



Fonte: banco de imagens do Canva.

Mas voltando ao assunto, ela inventava umas coisas muito loucas, mirabolantes para me ensinar (risos), dava um jeito de transformar aquelas imagens do livro infantil em algo tátil para que eu pudesse ver também. Não sei o quanto ela estava familiarizada com as fases de desenvolvimento da criança, mas eu estava nesse período de transição entre fases e ela me ajudou muito no meu desenvolvimento motor.

FP: Que linda a sua história com essa professora Luciana! Você diria que ela foi a professora que mais te marcou na sua trajetória escolar?

Ma Mikley: Com certeza ela foi muito importante para mim, mas em cada fase da minha vida tiveram professores que me marcaram muito também. Se eu tivesse que listar, diria que tiveram duas pessoas definitivas na minha formação e nos rumos que eu estou tomando na minha vida: a professora Luciana e a professora Ângela, que me dava aula de geografia na 8ª série, e com quem eu mantenho contato até hoje.

Inclusive, enquanto eu fazia licenciatura na USP, a professora de Didática nos disse que não precisaríamos estagiar exatamente na nossa área, então eu aproveitei para estagiar com a Ângela (risos). Ela foi uma pessoa realmente muito marcante porque ela era espantosa, sério (risos), só vi coisa parecida com ela quando entrei na faculdade.

No auge dos nossos quatorze anos eu e meus colegas achávamos que ela sabia tudo, ela tinha um domínio tão grande sobre os assuntos que me impressionava demais, pensava “Que incrível! Quando eu crescer quero ser assim também”. E foi nesse período que virou uma chave na minha cabeça e eu comecei a tomar gosto por aprender, não era só estudar para a prova mais. Nunca pensei em fazer geografia mesmo essa professora sendo minha maior inspiração, gostava mais de assuntos pontuais em geografia.

FP: Qual matéria você mais gostava de estudar então?

Ma Mikley: Nessa época do Fundamental I, eu me dava bem, mas tinha uma certa birra com matemática. Hoje em dia acho impressionante, física, matemática... não seguiria em áreas assim, mas gosto na medida em que elas me ajudam a, por exemplo, entender a filosofia do século XX, ou na medida em que a matemática se aproxima da filosofia como ciência do pensamento, pura e simplesmente.

Fora isso, eu não tinha muito claro o que era cada matéria, já que não tinham professores diferentes para cada uma delas. Só quando eu fui para a 5ª série, em uma escola Estadual, que eu comecei a ter uma noção melhor e logo de cara já me interessei por história. Mas gostava de ciências também, por exemplo, porque estudar nunca foi um problema para mim.

Claro, à exceção de experiências traumáticas como aquela que eu contei do jardim de infância ou de uma outra professora da 2ª série que não tinha os melhores métodos didáticos, ela enchia a a gente de lição e, como eu ainda não era tão rápida com braille, eu me desesperava e ela brigava muito comigo. Mas era isso, fora a birra com exatas, eu gostava de tudo a depender do tema tratado. Então também não tinha muito claro o que eu ia fazer depois, em relação à carreira e coisas assim.

FP: E sobre os outros anos de escola, houve acontecimentos marcantes?

Ma Mikley: Depois do pré-primário, um nome antiquíssimo não é? (risos), mas era a denominação da época, eu passei a estudar em escolas públicas. Fiz o fundamental I em uma escola da prefeitura, a EMEB Professora Nadia Aparecida Issa Pina, num bairro vizinho ao que eu moro. Nesse período começou uma das minhas grandes paixões, que é a literatura.

Na primeira série, em 2006, quando ainda passava “O sítio do Pica-pau amarelo” na televisão, toda a semana a gente ia na biblioteca e pegava um livro emprestado, então eu comecei a ler os livros da série. Hoje eu sei que o Monteiro Lobato e a obra dele são muito problemáticos, mas na época teve um papel importante na minha formação como pessoa mesmo.

Vale dizer que não tinham livros em braille, então todos os que eu pegava era a minha mãe quem lia para mim. Depois de um tempo até arranjaram alguns e eu cheguei a ler todos que tinham na biblioteca, mas era bastante complicado, porque é difícil de encontrar livros em braille. Como as editoras têm os direitos autorais, mas não imprimem em braille, outras pessoas não podem fazer esse trabalho e vender os livros, e aí acaba que os livros simplesmente não existem.



Fonte: <https://jornalistainclusivo.com/dia-nacional-do-livro-2021-fundacao-dorina/>

Uma organização que faz isso é a **Fundação Dorina Nowill**, em São Paulo. Eles fazem uma tiragem com uma quantidade X e distribuem para as bibliotecas e escolas, mas tem essa questão da quantidade limitada. Além disso, tem uma questão logística dificultando, já que o braille faz o livro ficar volumoso, então algo de 400 páginas em tinta, vai virar uma coleção de dez volumes. E um segredo aqui (risos), mas por conta dessa dificuldade de acesso, eu não sou exatamente fluente na leitura em braille. Eu leio tranquilamente, mas não ainda não sei tão fluido. Agora acabo lendo bem mais pelo computador mesmo.

Importante dizer também, hoje em dia já ensinam braille e mexer no computador de forma concomitante, mas naquela época não tinham programas adaptados para deficientes visuais e ninguém sabia muito bem usar o computador também. Nem no Centro de Apoio, e é importante que crianças deficientes visuais consigam usar a tecnologia. Eu acabei aprendendo com outros cursos por fora e apoio de colegas quando já estava no fundamental II.

Mas, voltando, depois, na segunda série, eu li O jardim secreto, que hoje em dia eu até acho gostoso mesmo não vendo nada demais (risos), mas na época me encantou muito. E então fiz o caminho de todo mundo que gostava de ler na minha geração: Harry Potter, Percy Jackson... E agora que estou no técnico de teatro, percebi que os adolescentes ainda estão nessas leituras, porque meus colegas ainda estão no ensino médio. Em outras áreas eu sinto um gap geracional muito forte, mas na leitura, não.



Fonte: Google imagens.

No fundamental II minha mãe sugeriu que eu fosse para uma escola especializada, o Instituto Padre Chico, no Ipiranga, mas eu não quis de jeito nenhum. Eu sempre sentia que entre nós, pessoas com deficiência, acabava acontecendo de estarmos em ambientes muito restritos. Isso porque eu tinha o acompanhamento paralelo à escola, mas não tinha só ele, e eu percebia que acabava ficando uma coisa muito limitada e o mundo não era só isso, então eu não quis. Essa escola também é um dos lugares mais reacionários que eu conheço, ainda dividiam as classes de acordo com o gênero na época.

FP: Você tinha muitas amizades na escola e no bairro? Vocês brincavam de quê?

Ma Mikley: Tive uma infância um tanto quanto introspectiva, brincava com os personagens dos desenhos que eu gostava, com amigos imaginários... era uma turma que vivia ali comigo (risos). Na escola eu tinha meus amigos, mas como os meus pais não tiveram mais filhos e na minha infância São Bernardo era formado majoritariamente por pessoas da terceira idade aqui no centro, eu sempre tive essa coisa de brincar comigo, mesmo na escola. E fora dela, eu ficava bastante com os meus primos paternos, que têm mais ou menos minha idade. A gente se encontrava quase todos os finais de semana na chácara da família, que é em uma região de manancial aqui em São Bernardo mesmo.

FEUSP

**FP: Como você escolheu ir para as ciências sociais e quando você começou a frequentar a FEUSP?**

Ma Mikley: Foi no ensino médio que eu finalmente tive contato com filosofia e sociologia e, mesmo tendo feito ciências sociais, confesso que naquela época filosofia me atraía muito mais. Principalmente depois que um professor do 2o ano recomendou a leitura de O mundo de Sofia, aí eu me encantei de verdade porque era diferente do que a gente aprendia, não era algo pontual, era mais uma tentativa de entender tudo, sabe? E o Piaget mesmo diz que nessa fase da adolescência nós somos capazes de criar sistemas filosóficos próprios e o livro tem muito a ver com isso, então eu me apaixonei de verdade.

Nunca fui muito de fazer planos nesse sentido, não era uma preocupação para mim. Lembro, inclusive, que a única atividade de sociologia que eu não entreguei era uma em que devíamos escrever nossos sonhos, e aí era qualquer coisa que quiséssemos falar, e também nossos sonhos possíveis, em relação à carreira e afins. E eu não entreguei porque eu genuinamente não sabia (risos), não era nem que eu não queria entregar.

Mas foi com o livro do Jostein Gaarder que eu entendi que queria algo na área de humanas, mesmo sem ter nada muito definido. Então tive uma professora de sociologia que me incentivou bastante e falava que eu poderia fazer ciências sociais... e finalmente em um passeio de escola para a feira de profissões da USP que eu decidi mesmo, porque parecia o curso mais amplo das humanidades, com interfaces com a política, história e filosofia, que também me interessavam muito. Daí eu entrei em 2017 na USP e fiz 3 anos presencialmente e 2 anos EAD, nestes últimos que eu acabei fazendo a maior parte das minhas matérias da licenciatura. Fiz algumas disciplinas presenciais na FEUSP, mas a maioria a pandemia impediu. As lembranças que eu tenho de lá são mais por conta da Sabrina [membro do Conselho Editorial da FP] que estudava pedagogia, então a gente se encontrava bastante lá. A biblioteca da FEUSP tem, inclusive, um equipamento de leitura para pessoas com deficiência visual, o scanner inteligente, só que lembro que muitos funcionários não sabiam usar na época em que eu frequentava... mas eu gostava muito de estudar nas salinhas de lá.

FP: Como era sua rotina quando você frequentava a USP?

Ma Mikley: Como eu falei, sou de São Bernardo, então era uma pequena jornada até o campus da USP, agora piorou porque não existe mais a linha de EMTU

que eu costumava usar, a Urubupungá, então tem que pegar metrô e tróibus. Eu fiz toda a minha graduação presencial no vespertino, no EAD os horários variavam um pouco mais, porque o último ônibus da noite ficava muito tarde para mim, então era melhor esse horário da tarde mesmo.



FEUSP. Créditos: Michele Campos (acervo pessoal).

Fiz duas optativas livres na Letras de manhã, também. Fora a FFLCH fiz algumas matérias no IME e na FEA, que são obrigatórias para o curso de ciências sociais, e também ia bastante na ECA porque eu gostava do ambiente, mesmo não tendo cursado nenhuma matéria lá. Eu tinha um carinho bem grande também pela FFLCH, porque é cheio de árvores, e eu achava bem agradável.

O maior problema que eu tive em relação à faculdade, o que me tomava mais tempo, eram os textos, conseguir acessá-los. Como eu disse, eu tenho leitor de tela, mas para que o programa consiga ler, o texto tem que ser um pdf de verdade, que dá para selecionar, buscar palavras etc. Quando ele é escaneado, isso é reconhecido como imagem e o programa não lê.

Logo que eu entrei na faculdade eu não sabia muito como agir frente a isso, porque a maioria dos textos eu não encontrava fácil sem ser o pdf escaneado que o professor enviou e foi graças à monitora de Antropologia I que eu conheci o **ACR**, que faz parte do pacote adobe e faz essa conversão de imagem para texto. Sai meio do jeito que dá (risos), então acabava precisando da ajuda da minha mãe para ajustar os textos convertidos. Às vezes os textos eram tão ruins que nem dava, então era complicado, tinha que dar um jeito de ler mesmo. Tem também o **Dosvox**, um sistema operacional desenvolvido pela UFRJ, que ajuda bastante.

Então de manhã eu estudava, lia textos, porque é o horário que eu gosto mais de trabalhar; à tarde eu ia para às aulas e na volta eu pegava um baita trânsito (risos), chegava em casa já não me aguentando. Saía da faculdade às 18 horas e chegava em casa no horário que o universo quisesse.

FP: E o que você pesquisou na sua Iniciação Científica (IC)?

Ma Mikley: Logo no segundo semestre da faculdade eu conheci a professora **Bianca Freire Medeiros, de Métodos II**, e nós conversamos sobre IC, mas eu queria submeter um projeto meu, não sabia muito bem o quê (risos), mas queria. Na disciplina a gente tinha feito uma pesquisa de campo muito legal sobre a inserção dos filhos de imigrantes

bolivianos nas escolas do Brás, e ela, vendo que funcionou bem, comentou comigo que tinha um projeto de pesquisa, mas ficou por isso mesmo. Foi no final de 2018 só que ela me convidou para participar do grupo com uma bolsa FAPESP, e eu aceitei, não é? Não dá para recusar uma proposta dessas (risos). A gente trabalhava com o Urban data Brasil, que juntava em um lugar só toda a produção acadêmica sobre o Brasil urbano. Mas ele foi criado na década de 90 e o sistema acabou se tornando obsoleto e não rodava mais, então a ideia da Bianca era justamente ressuscitar esse programa, colocar mais dados, fazer um site... E, paralelamente, ela também queria criar um braço do Urban Data para divulgação científica, que era um podcast! Vale dizer que nessa época os podcasts não davam por aí como cogumelos que nem hoje em dia (risos). O único que tinha era o "Ilustríssima conversa" da Folha, que eu tive que escutar para saber o que era um podcast, inclusive, já que eu não conhecia (risos). Então nasceu o

Urbanidades

(<http://urbanidades.podcloud.site/>), em que a gente entrevistava quinzenalmente professores e pesquisadores que trabalhavam algum tema sobre o Brasil Urbano. Na primeira temporada eu participei de quase todos, foi uma experiência muito legal, e hoje em dia eles seguem publicando os episódios e tem uma audiência bastante boa para um podcast acadêmico.

No Urban Data, especificamente, o que eu fazia era pegar o material que os meus colegas coletavam dos bancos de dados da universidade e classificá-los. Como o projeto tinha sido criado também para contar com vários recursos de classificação, essa era uma parte bem importante. Tinham 35 áreas temáticas, como habitação, infraestrutura, políticas públicas, espaço urbano... e também referência espacial, que é sobre a localidade que a pesquisa trata, e a temporal, que é o recorte temporal da pesquisa. E eu também atualizava o catálogo do Urban Data antigo, corrigia erros e afins.

Fiquei por três anos como membro desses projetos e foi um período muito estimulante para mim.

Confira o projeto Urbanidades no Spotify, acesse pelo QR Code.



FP: Você sente a necessidade de Coletivos para deficientes visuais na Universidade? Onde você acha que eles poderiam atuar?

Ma Mikley: Eu até tentei, idealizei por um tempo a ideia de um coletivo junto com um colega de turma que era deficiente físico, mas acabou que o projeto naufragou... Antes, logo que eu entrei na faculdade, também tinha uma

outra colega deficiente visual na filosofia e a Coordenadora do Departamento de filosofia propôs que a gente criasse um grupo de acessibilidade e nós fomos em duas reuniões que não chegaram em lugar nenhum e projeto não foi pra frente. E por incrível que pareça, acho que esse debate e coletivos são recentes porque simplesmente não tem pessoas com deficiência na Universidade, são pouquíssimas. Você nem consegue chegar em porcentagens expressivas em faculdades grandes como a USP, você pode contar por unidades mesmo.

E no caso de pessoas com deficiência visual, nós somos desde sempre **“gentilmente”** empurrados para fazer direito, porque é renomado, mas não é medicina que as pessoas consideram que exige mais. Então ficamos concentrados em um nicho de cursos também, na maioria das vezes.

Historicamente falando, também acho que isso nunca teve uma mobilização mesmo. A luta feminista, com esse nome propriamente, existe há mais de 100 anos; a luta dos movimentos negros também já é organizada e institucionalizada no Brasil, por exemplo, desde antes da abolição; mas isso não aconteceu com as pessoas com deficiência. Se houver algum trabalho sobre isso, eu confesso que desconheço, mas acredito que esse movimento nunca chegou a se consolidar realmente.

E até hoje essa questão ainda é muito vista como se fosse apenas um dado da natureza, e as pessoas acabam caindo numa “positividade tóxica” de dizer que tá sempre tudo bem e que devemos nos aceitar como somos... Mas eu entendi também que tudo bem eu ficar brave ou triste às vezes com o meu caso. Não posso ficar assim sempre, porque meu caso, até o momento, é irreversível e eu não posso ficar num ciclo de tristeza; mas ficar assim às vezes é normal. É sim uma outra forma de ver o mundo e é válida, mas ela tem uma perda, que é a visão, que eu simplesmente não tenho. É claro que a gente vive e sobrevive, mas não tem nada de mágico nisso e as pessoas romantizam demais. E por muito tempo também as pessoas com deficiência não estavam na esfera pública para conseguir colocar essas questões em pauta. Nos Centros de Apoio mesmo eu conheci pessoas muito mais velhas do que eu que estavam sendo alfabetizadas ainda, ou que nunca tinham saído sozinhas.

“Existem instrumentos de acessibilidade, mas não um projeto de inclusão realmente uno e estabilizado e cada pessoa nova com deficiência visual que entra na USP, por exemplo, parece que tem que começar do zero.”
(Ma Mikley)

E muitas vezes as pessoas deixam isso apenas na esfera do indivíduo dizendo que “As pessoas têm que se conscientizar e ajudar”, mas na verdade esse é um assunto político, precisa de estrutura do Estado. Então acredito que por isso os Coletivos para pessoas deficientes demoraram a surgir e estão se consolidando agora. Acho que isso tudo ainda vai demorar um tempo para mudar, porque ainda faltam pessoas deficientes na esfera pública e na Universidade, e que todas essas questões que eu citei deveriam ser o início da discussão e atuação desses grupos, quando eles se consolidarem.

A gente vê esse debate mais bem estruturado nos países europeus com mutilados de guerra. Tem uma entrevista no Urbanidades mesmo com um professor que comparava a questão da acessibilidade no Brasil e na Espanha, e a diferença está principalmente na origem do movimento. E aqui o debate segue nesse senso comum de que as pessoas tem que ajudar, não tivemos uma virada de chave nesse sentido. Existem instrumentos de acessibilidade, mas não um projeto de inclusão realmente uno e estabilizado e cada pessoa nova com deficiência visual que entra na USP, por exemplo, parece que tem que começar do zero.

CONCLUSÃO



FP: E hoje, como é a sua rotina nova no mundo do teatro?

Ma Mikley: Sobre essa mudança de trajetória, eu estava consciente de que iria terminar meu curso em 2021 e me bateu uma crise existencial, ficava pensando “Será que é isso mesmo?”.

Eu gosto de ciências sociais, eu gosto de dar aula, mas eu sentia que queria fazer algo mais voltado para a arte e comecei a maratonar o **“Persona”**, aquele programa da TV Cultura que entrevista atores e atrizes, e isso foi me encantando cada vez mais até que eu pensei “Eu quero!”. Então eu mandei mensagem para uma amiga que era figurante profissional e falei sobre isso. A gente participou em 2019 de um clipe da Samantha Mainine, o **“Siga em Paz”** (<https://www.youtube.com/watch?v=jBhpcg7HXSQ>), e eu também já tinha participado do clipe de **“Sempre sonhei”** (<https://www.youtube.com/watch?v=CC2iGqsNJo0>), dessa mesma cantora, e hoje faço parte da banda de apoio dela tocando violão. Então essa minha amiga do clipe disse que tinha se inscrito para fazer teatro na ETEC de Artes, me convidou a fazer também e eu pensei “Por que não?”.

Entrei esse ano e descobri que, além de dar aula, a atuação é a minha paixão, é um mundo tão amplo. Sempre senti que essa era uma das artes que eu menos perdia por não enxergar e agora isso está sendo uma motivação para mim. De resto, a rotina é parecida porque as aulas são à tarde e eu estudo, leio e pratico de manhã.

Eu sempre quis buscar o meu lugar e tive muito apoio das escolas especializadas pelas quais eu passei, mas logo que eu entrei nas ciências sociais teve um pessoal que falou “Na Antropologia tem um grupo que estuda sobre pessoas com deficiência, por que você não faz uma pesquisa sobre isso?”. E assim, é claro que eu posso pesquisar sobre isso, o grupo é muito importante e interessante, mas quem disse que eu quero? As pessoas às vezes enxergam o deficiente como incapaz ou como um “macaquinho de circo”, porque qualquer coisa que ela fizer já está bom, “Coitado!”, “Nossa, que superação!”, e não é assim. E eu fiz psicologia da educação, li Bourdieu, sei que as nossas escolhas não são arbitrárias e que o ambiente e a trajetória influenciam, mas pela minha vivência eu também sei que muitas vezes a pessoa com deficiência escolhe participar de um grupo assim porque é a única porta que se abriu para ela.

E no teatro eu fui muito mais firme com esse pensamento, porque lá eu consigo trazer uma coisa diferente de mim, posso representar outras coisas e não faz sentido que eu seja apenas eu no palco. Atuar é justamente ser outra pessoa, se eu me representar sempre, quer dizer que não sou reconhecido na função de ator. Não é não fazer jamais um papel de um deficiente visual, é ter a possibilidade de fazer outras coisas também.

E teatro pode ser tudo, ele tem vários caminhos e várias maneiras de ativar nossa percepção, sinto que meus colegas e professores acreditam nisso, no meu potencial e me ajudam a melhorar, então eu gosto desse ambiente.

FP: Há algo que eu não te perguntei que você gostaria de deixar registrado?

Ma Mikley: Queria falar para as pessoas que leram essa entrevista para que chamem as pessoas com deficiência para fazerem as coisas, para trabalharem com vocês... Eu tenho plena consciência de que é uma desvantagem todas essas ideias préformadas sobre o que é uma deficiência quando eu estou competindo com alguém, então são necessárias oportunidades para mudar.

Quando a professora Bianca me convidou para a pesquisa, eu lembro que ela me disse “Não sei exatamente como a gente vai fazer, mas vamos descobrir”, e nós descobrimos, eu fiz muitas coisas lá. Enfim, acho que esse é o espírito que eu gostaria que as pessoas tivessem sempre. Convidem pessoas de todos os tipos para fazer as coisas, deem a oportunidade se vocês tiverem meios, e nos mais diversos campos, no estudo, no trabalho, na vida pessoal...

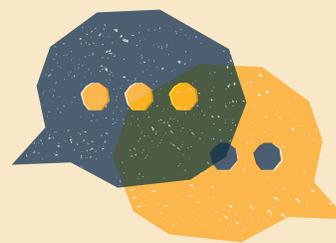
Acho que é isso, meu recado final é que pessoas com deficiência, antes de tudo, também são pessoas.

FP: Como foi para você participar desse questionário, dando sua entrevista?

Ma Mikley: Foi ótimo! Eu adoro dar entrevista, adoro conversar também. E, ao fim e ao cabo, democracia é isso, é ter espaços como esse pra gente conversar, trocar ideias... E as pessoas podem discordar de mim e tudo bem, cada um tem sua vivência, seu ponto de vista. Eles tem que ser embasados, claro, mas defender a República, a Democracia é defender esses espaços de troca. Em poucos lugares também eu tive esse espaço para divagar tanto e explorar as possibilidades dos meus pensamentos, acho que isso é essencial, porque provoca reflexão em todo mundo. A gente lidou aqui com o imponderável e eu acho que isso é bom às vezes. Esses dias conversei com uma amiga sobre dança, porque essa é uma experiência que só pode ser entendida pelo deficiente visual quando ele faz. A descrição somente não provoca as mesmas sensações. E tem como trazer uma sensação equivalente? Eu sinceramente acredito que não, mas nós podemos pensar em novas formas de arte que se aproximem dessa expressão. Às vezes colegas me perguntam como podem ajudar na inclusão e eu não sei, vamos ter que inventar, pensar agora, porque não tem resposta pronta no Google. Eu gosto da teoria, mas ela não é tudo e acredito que podemos teorizar enquanto agimos também, para isso falta abraçar o imponderável.

Gostei muito também que a entrevista não foi pautada apenas na acessibilidade, falamos sobre isso, claro, faz parte da minha vivência, mas não falamos só sobre isso. Não foi “chover no molhado” de dizer que precisa melhorar. Foi bom poder também contar sobre a minha trajetória, eu agradeço!

REFLEXÕES E OUTRAS PERGUNTAS



FP: Qual sua música preferida?

Ma Mikley: Essa pergunta é cruel (risos). Se eu abrir meu Spotify agora, devo ter mais de 800 músicas na minha playlist de preferidas, então é difícil de escolher. Mas eu tenho algumas preferidas do momento, que agora estão [me] tocando mais forte. Uma delas é “As aparências enganam”, da Elis Regina, que eu redescobri ano passado quando estava escutando toda a discografia, e achei que ali a interpretação da Elis estava no auge, além de a letra ser belíssima e profunda. E todo o álbum “O último romântico” do Lulu Santos também, porque tem muito a ver com essa minha fase de redescoberta.

FP: Quais são seus hobbies?

Ma Mikley: Ler, com certeza é o principal deles. Eu leio muito, então se você me perguntar meu livro preferido é pior ainda para responder (risos). Porque eu leio sobre as mais diversas áreas, tenho uma gama de interesses muito grande.

Tem aqueles livros que eu comentei da minha infância e adolescência, e hoje acho que o principal é Corpo de baile do Guimarães Rosa, que tem algo de transcendental que eu não sei explicar. Além disso, eu coleciono antiguidades também.

E agora que o bichinho do teatro me mordeu, eu também ando consumindo muitos filmes, que deixei de lado por muito tempo por achar que eu perdia demais do conteúdo audiovisual, mas agora estou revertendo isso. E o “A vida Invisível de Eurídice Gusmão” acabou comigo (risos), é um dos meus favoritos com certeza.

LIVROS E FILME FAVORITOS



PARA SABER MAIS SOBRE

ACESSO E INCLUSÃO DENTRO DA EDUCAÇÃO

Dayane Costa da Silva

Para conhecer diferentes dimensões do acesso e inclusão de pessoas com deficiência na educação, nesta edição trouxemos indicações de filmes, animações, um e-book e eventos.

Simpósio

*"Deficiências e trajetórias -
implicações na/para a pesquisa
acadêmica"*

Período: 20/09/2022 a 21/09/2022

Inscrições: de 05/09/2022 a
09/09/2022.

Site do evento: <https://www4.fe.usp.br/eventos/evento?evento=6127#div_ementa>. Acesso em: 07/09/2022.

Organizadores

Shirley Silva - EDA

Pedro Lopes - UFRJ / NUMAS

Roseane Rabelo Sousa Faria - UFPA

Cristiane Lopes Rocha de Oliveira - UFV -
PPGE/FEUSP

Georgton Anderson da Silva - PPGE/FEUSP

Laura Juliana de Melo Silva - PPG Mudança
social e participação política/EACH USP

Jorge Adriano Pires Silva - UFPA

Ementa

Ementa: "Este Simpósio dedica-se à temática das deficiências e trajetórias, estruturando-se a partir de dois eixos: como potência na avaliação das políticas públicas que se formulam direcionadas a estas situações e ;e; pesquisas que têm tomado a questão das trajetórias como ferramenta teórica e/ou metodológica, em especial no campo educacional. A programação reúne pesquisadoras e pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisas: Diferenças, deficiências e desigualdades - intersecções no campo da educação (3D)."

Evento disponível

Evento disponível em:

<<https://www.youtube.com/channel/UCCpu5RPrZrJiQbFcWk9E9RQ/videos>>. Acesso em: 07/09/2022.

*Obs.: o evento já terá acontecido quando a edição for publicada, no entanto, estará disponível no canal do Youtube do Grupo de Estudos e Pesquisas.

E-book “Diferenças, deficiências e desigualdades: cenários de pesquisas” – Coordenação de Sandra Rodrigues da Silva Chang - PPGE/FEUSP

Data de publicação: 12/08/2022.

Palavras-chave: Diferenças, Deficiências, Desigualdades, Pesquisas acadêmicas.

Sinopse: “Este livro apresenta uma coletânea de debates produzidos por pesquisas que têm como temática a questão das diferenças, das deficiências e das desigualdades no campo da educação, assim como no das artes, do lazer e da antropologia. Evidencia-se, ao longo dos capítulos, a exigência de um olhar atento para a trajetória que se coloca para e nessa produção, de modo a não ocultar, mas fazer sobressair, particularmente em relação às deficiências, o caráter multifacetado do tema, marcado por tangenciamentos teóricos, sociais, políticos, culturais e econômicos e por interseções com questões de gênero e raça. Desse modo, além da profundidade analítica de cada autora ou autor sobre o objeto desenvolvido, encontram-se aqui os processos que definiram tanto seus questionamentos quanto os caminhos escolhidos diante de entraves e atravessamentos. Respalçadas nos próprios campos da ciência que tomam as deficiências como objeto de estudo e nas políticas sociais que buscam responder às necessidades e às demandas das pessoas aí situadas, as pesquisas a seguir trazem contribuições que podem subsidiar e instigar novas produções sobre o tema.”.

Disponível em:

<<https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/875>>. Acesso em: 07/09/2022.



Filme “Hoje eu quero voltar sozinho” (2014)

“Leonardo é um adolescente cego que, como qualquer adolescente, está em busca de seu lugar. Desejando ser mais independente, precisa lidar com suas limitações e a superproteção de sua mãe. Para decepção de sua inseparável melhor amiga, Giovana, ele planeja libertar-se de seu cotidiano fazendo uma viagem de intercâmbio. Porém a chegada de Gabriel, um novo aluno na escola, desperta sentimentos até então desconhecidos em Leonardo, fazendo-o redescobrir sua maneira de ver o mundo.”

Não recomendado para menores de 12 anos

Direção: Daniel Ribeiro

Produção: Lacuna Filmes

Duração: 1h36

Para mais informações sobre o filme, acesse:

<<https://www.lacuna.film/hoje-eu-queiro-voltar-sozinho>>. Acesso em: 07/09/2022.

Curta-metragem de animação "Cuerdas" (2013)



A animação conta a história da amizade entre Maria e Nicolás, um garoto que sofre de paralisia cerebral. As crianças se conhecem na escola e Maria está determinada a se tornar sua amiga.

Livre para todas as idades

Direção: Pedro Solís García

Produção: Nicolás Matji

Duração: cerca de 10 minutos.

Disponível em: <<https://bityli.com/65Glf1>>. Acesso em: 07/09/2022.





Nosso e-mail é
revista.futuro.preterito@gmail.com